

20 DE JULHO 2010

Terça-feira

- **PRODUÇÃO MUNDIAL DO MINÉRIO SOBE 18% EM JUNHO**
- **CUT DISCUTE COM SETOR DE AUTOPEÇAS REAJUSTE SALARIAL**
- **PLANEJAMENTO ELEVA PROJEÇÃO DO PIB DE 2010 PARA 6,5%**
- **JURO BANCÁRIO SOBE PELO 3º MÊS CONSECUTIVO EM JULHO**
- **PROJETO DISPENSA DEFICIENTES DE NOVAS PERÍCIAS**
- **PROJETO TORNA EXPLÍCITO O DIREITO A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Câmbio		
Em 20/07/2010 às 17h00		
	Compra	Venda
Dólar	1,772	1,777
Euro	2,283	2,286

Fonte: BACEN

PRODUÇÃO MUNDIAL DO MINÉRIO SOBE 18% EM JUNHO

20/07/2010 – O Estado do Paraná

A produção global de **aço bruto** subiu 18% em junho ante o mesmo mês do ano passado, para 119 milhões de toneladas. Nos primeiros seis meses do ano, a produção totalizou 706 milhões de toneladas 27,9% a mais que no primeiro semestre de 2009. Os dados foram divulgados hoje pela World Steel Association.

"Todas as regiões tiveram aumento na produção de aço bruto durante o primeiro semestre de 2010, comparado ao primeiro semestre de 2009", informou a associação, cujos membros produzem cerca de 85% do aço no mundo. "Apesar da produção do primeiro semestre de 2010 ter sido 7,2% superior à do primeiro semestre de 2007, pouco antes da crise econômica global, a maior parte da produção mundial não se recuperou para os níveis pré-crise."

O **Brasil produziu 2,9 milhões de toneladas de aço em junho, 47% acima de junho de 2009**. Os **Estados Unidos** produziram 7,2 milhões de toneladas de aço em junho, alta de 65% ante junho de 2009. A produção de aço bruto na União Europeia, nos Estados Unidos e nos Canadá ainda está 15% abaixo dos níveis de 2007, mas a

Ásia e o Oriente Médio mostraram crescimento em relação à produção de 2007, de acordo com a associação.

A produção de aço bruto da **China** cresceu 9% em junho ante junho de 2009, para o total de 53,8 milhões de toneladas. O Japão produziu 9,4 milhões de toneladas de aço bruto em junho, 35,9% a mais que em junho de 2009. Já a Coreia do Sul produziu 4,8 milhões de toneladas em junho, 22% acima do registrado em junho de 2009.

Na **União Europeia**, a produção de aço bruto da Alemanha foi de 3 9 milhões de toneladas em junho (alta de 53%). A Itália produziu 2,3 milhões de toneladas em junho (alta de 33%), enquanto a França produziu 1,5 milhão de toneladas (alta de 31%). A capacidade total de utilização foi de 80,6% em junho, abaixo dos 82% registrados em maio. As informações são da Dow Jones.

CUT DISCUTE COM SETOR DE AUTOPEÇAS REAJUSTE SALARIAL

20/07/2010 – Gazeta do Povo

Metalúrgicos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT) se reúnem hoje, às 15 horas, para discutir salários com a bancada patronal do setor de autopeças. O encontro vai ocorrer na Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT, em São Bernardo do Campo. A rodada de negociações começou no último dia 13.

As principais propostas dos metalúrgicos da CUT são o aumento real nos salários, a reposição integral da inflação, a valorização nos pisos salariais, a jornada de 40 horas semanais sem redução nos salários e a licença maternidade de 180 dias.

Neste ano, a campanha salarial envolve essencialmente o debate sobre as cláusulas econômicas. Os metalúrgicos da CUT esperam que as negociações sejam concluídas até a segunda semana de agosto. A data base da categoria é dia 1º de setembro.

PLANEJAMENTO ELEVA PROJEÇÃO DO PIB DE 2010 PARA 6,5%

20/07/2010 – O Estado do Paraná

O Ministério do Planejamento revisou de 5,5% para 6,5% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano, previsão inserida no relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas da União. O número previsto para o crescimento da economia do País, que é elaborado pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Fazenda, fica abaixo do das declarações públicas recentes do ministro Guido Mantega, que diz trabalhar com uma expansão do PIB entre 6,5% e 7%, e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que disse que o Brasil cresceria não menos que 7% neste ano. Também fica abaixo dos 7,3% previstos pelo Banco Central.

De acordo com o relatório bimestral, o cenário previsto para a inflação melhorou. A previsão de inflação pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de 5,5% para 5,2%, e para o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), de 9,14% para 8,68%. A expectativa para a média da taxa Selic no ano passou de 9,19% para 9,60%. Para a taxa média de câmbio, de R\$ 1,79 para R\$ 1,80 por dólar.

O governo prevê um crescimento maior para a massa salarial nominal neste ano: 13,95%, ante 12,69% no relatório anterior. Para o barril de petróleo, a estimativa passou de US\$ 80,47 para US\$ 76,68. O documento oficial do governo incorporou o reajuste de 7,72% para os benefícios previdenciários acima de um salário mínimo, que antes estava previsto em 6,14%.

JURO BANCÁRIO SOBE PELO 3º MÊS CONSECUTIVO EM JULHO

20/07/2010 – O Estado do Paraná

As taxas de juros bancários para empréstimo pessoal e cheque especial subiram em julho pelo terceiro mês consecutivo, de acordo com pesquisa da Fundação Procon-SP. Na modalidade de empréstimo pessoal, a taxa média dos nove bancos pesquisados foi de 5,42% ao mês, ante 5,28% em junho, alta de 0,14 ponto porcentual. Para esta modalidade, as taxas de juros corresponderam a 88,37% ao ano. No cheque especial, a taxa média de juros dos bancos pesquisados foi de 9,06% ao mês, ante 8,9% ao mês em junho, alta de 0,16 ponto porcentual. Nesta modalidade, as taxas de juros corresponderam a 183,13% ao ano.

De acordo com o Procon-SP, a elevação das taxas médias de juros em julho foi bastante superior ao observado em meses anteriores. Um dos motivos foi a saída do Banco Nossa Caixa da pesquisa, cujas agências que ofereciam as menores taxas da amostra foram incorporadas pelo Banco do Brasil em 25 de junho. O Procon-SP citou ainda, como fator de alta, a elevação da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, que passou para 10,25% ao ano em junho.

"O processo de elevação da taxa básica de juros (Selic) já mostra reflexos no custo do crédito para o consumidor final", afirmou o Procon-SP, em seu comunicado. "A taxa Selic voltou à casa dos dois dígitos, confirmando as previsões dos especialistas do setor e reforçando a perspectiva de novos aumentos até o fim do ano."

Três das nove instituições elevaram suas taxas para empréstimo pessoal, e as demais mantiveram os juros. No Banco do Brasil, a taxa subiu para 5,28% ao mês; no Bradesco, para 5,46% ao mês; e no HSBC, para 4,87% ao mês. No mês, a taxa mais baixa foi verificada na Caixa (4,78% ao mês), e a mais alta, no Itaú e no Unibanco (5,86% ao mês). O Procon-SP considerou empréstimos com a duração de 12 meses e as taxas máximas prefixadas para clientes pessoa física não-preferenciais.

Dos nove bancos pesquisados, quatro elevaram as taxas de juros para cheque especial e cinco ficaram estáveis. No Banco do Brasil, os juros aumentaram para 7,75% ao mês; no Bradesco, para 8,36% ao mês; no Itaú, para 8,65% ao mês; e no Unibanco, para 8,65% ao mês. Em julho, a menor taxa foi encontrada na Caixa (7,15% ao mês), e a maior, no Safra (12,30% ao mês). Para o levantamento, o Procon-SP considerou empréstimos com a duração de 30 dias e taxas máximas prefixadas para clientes pessoa física não-preferenciais.

A pesquisa foi feita em 5 de julho com Banco do Brasil, Bradesco, Caixa, HSBC, Itaú, Real, Safra, Santander e Unibanco.

PROJETO DISPENSA DEFICIENTES DE NOVAS PERÍCIAS

20/07/2010 – Notas COAD

Tramita no Senado um projeto de lei que pretende evitar que pessoas com deficiências permanentes tenham de refazer exames médicos-periciais a cada vez que solicitam algum benefício. Esse projeto (PLS 330/08), que foi alterado durante sua tramitação, aguarda votação na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS).

Quando apresentou a proposta, em 2008, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a simplificação dos procedimentos burocráticos exigidos dos deficientes. E como exemplos dos benefícios em questão, ele citou aqueles concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e o direito ao passe livre em viagens interestaduais (Lei nº 8.899, de 1994).

Além disso, o senador argumentou na época que "parece contrário ao princípio administrativo da economia processual que a mesma causa [a deficiência] exija múltiplas constatações e perícias paralelas, em órgãos burocráticos diferentes, para a identificação e o reconhecimento da deficiência física que motiva, junto a esses órgãos, os pedidos de benefício".

Restrições

Antes de chegar à Comissão de Assuntos Sociais, onde tramita atualmente, o projeto passou por outra comissão do Senado: a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde foi modificado pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR). Em uma das alterações mais importantes, ele restringiu as situações que dispensam exames médicos-periciais.

Ao observar que, da forma como estava, o texto original permitia a dispensa de qualquer nova perícia, independentemente da finalidade, Flávio Arns argumentou que "a dispensa irrestrita causaria sérios transtornos nos âmbitos previdenciário e social", pois, nesses casos, a concessão de benefícios (como a aposentadoria e a pensão por invalidez, o auxílio-doença e o benefício de prestação continuada, entre outros) "não pode prescindir de uma avaliação médico-pericial".

Segundo Flávio Arns, é necessário evitar que determinadas pessoas, "aptas para o trabalho, valham-se da condição de pessoas com deficiência permanente, porém não incapacitante, para se eximirem da perícia para a concessão desses benefícios".

O texto original também determinava que, para a dispensa de novos exames, bastaria que a deficiência estivesse indicada no respectivo Registro Geral. Mas, alegando que tal procedimento traria problemas constitucionais, pois poderia levar à discriminação, Flávio Arns retirou esse trecho. Segundo ele, seria mais adequada a emissão de um cartão ou de um atestado por parte do INSS ou do "serviço de saúde competente".

Além disso, o texto original não deixava claro se os beneficiados seriam apenas os deficientes visuais e os cegos funcionais (que eram citados no artigo 1º do projeto) ou todas as pessoas com deficiências físicas e intelectuais (conforme previa a ementa

inicial). Flávio Arns modificou a proposta de forma a beneficiar todas as pessoas com deficiências permanentes.

Essas modificações fazem com que o projeto altere a Lei nº 8.742/93 e a Lei nº 8.213/91.

Relator na CAS, o senador Mão Santa (PSC-PI) concorda com as modificações propostas por Flávio Arns. Se a Comissão de Assuntos Sociais aprovar o texto, o projeto será enviado diretamente à Câmara dos Deputados.

Fonte: Agência Senado

PROJETO TORNA EXPLÍCITO O DIREITO A HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

20/07/2010 – Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 7203/10, do deputado Ricardo Berzoini (PT-SP), que altera a Lei 8.213/91 para tornar explícito que a habilitação profissional está entre os benefícios e serviços prestados pelo Regime Geral de Previdência Social aos segurados e seus dependentes.

Atualmente, os Planos de Benefícios da Previdência Social, estabelecidos pela Lei 8.213/91, garantem expressamente apenas a prestação de serviço social e de reabilitação profissional, como nos casos de acidente de trabalho.

De acordo com o autor, tanto a oferta de serviços de reabilitação quanto de habilitação profissional já estão previstas nos artigos 89 e 90 da lei, com o objetivo de proporcionar ao beneficiário incapacitado, parcial ou totalmente, para o trabalho e às pessoas portadoras de deficiência meios para a educação e a adaptação profissional.

O deputado ressalta que a inclusão no artigo 18 do inciso que prevê a possibilidade de habilitação profissional contribuirá para a inserção de pessoas no mercado de trabalho.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara